DENIZARD DESCE AS RAIZES DA NOSSA INDEPENDÊNCIA

Em solenidade presidida pelo General Carlos Studart Filho, que contou com a participação de autoridades e estudiosos da História Pátria, o professor José Denizard Macedo de Alcântara apresentou, ontem, às 20 horas, no Instituto do Ceará, aspectos sócio-econômicos e políticos da Independência.

Partindo de uma análise do conteudo da História como ciência, o conferencista abordou as condições de formação da sociedade brasileira atingindo finalmente o contexto político do Brasil Imperial, demonstrando um conhecimento profundo da História Pátria tendo como base suas raízes sociológicas.

RESUMO DA CONFERÊNCIA DO DENIZARD

O conferencista examinou primeiramente o conteúdo da História como ciência, lembrando que ela não pode se confundir com a Sociologia, a Antropologia Cultural ou a Filosofia da História; a tendência neste sentido tem levado a desfigurar a História, fazendo dela um esquema apologético de certas ideologias políticas, quando a História deve ser o exame frio e desapaixonado dos fatos para verificar sua verdadeira significação;

No caso da História do Brasil, atitudes deste tipo têm conduzido à propagação de uma série de mitos que não resistem ao exame sereno e imparcial do historiador, entre os quais se compreende o modo como vulgarmente a Independência do Brasil tem sido apresentada;

Passa então a reexaminar o processo histórico da Independência;

Analisa como se formou a sociedade brasileira; em 1822 existia uma sociedade rural, praticamente inexistia uma sociedade urbana; esta sociedade se baseava na grande propriedade e nas famílias que senhoreavam as terras, sendo esta a classe social mais importante do país; esta classe social é que tinha o controle do país e a Independência dependia de sua adesão; acontece que esta classe era esmagadoramente fiel à dinastia dos Braganças e à monar-

quia absoluta; esta fidelidade cresceu com a chegada do Governo Real Português em 1808; somente a política inhabil da Constituinte Portuguesa, querendo suprimir todos os benefícios prestados ao Brasil pelo Rei D. João VI, levou a classe rural a evoluir a aceitar a separação.

Também contribuia para esta lealdade política a maneira particular de como se houve Portugal na colonização do Brasil, não havendo praticamente uma política discriminatória contra o nativo brasileiro: igual sistema tributário, igual regime jurídico e civil e penal, acesso dos brasileiros em altos cargos portugueses, etc; reexamina a política econômica portuguesa mostrando que era a possível dentro da época;

Examina em seguida os antecedentes da Independência: o acerto da vinda de D. João VI, suas realizações no Brasil e faz a análise comparativa do que simultaneamente ocorria em Portugal para estabelecer a compreensão exata do problema; e examina as lutas ideológicas do liberalismo, do constitucionalismo e suas projeções no Brasil; passa a mostrar as medidas desastradas da Constituinte Portuguesa e como se formou a reação brasileira, somando esforços de tendências políticas radicalmente divergentes que conconcluiram pela separação; examina o papel de Pedro I e a mais importante consequência da separação do Brasil da vida política de Portugal, ou seja, o problema da sucessão do Trono Português e a luta que seria travada entre os dois irmãos, D. Pedro e D. Miguel.

(O Povo — 2-9-72)